



SENADO FEDERAL  
Conselho de Transparência e Controle Social

**ATA DA 15ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2016**

Às 11 horas, do dia 15 de março de 2016, na sala de reuniões da Secretaria de Transparência, foi realizada a 15ª reunião do Conselho de Transparência e Controle Social, do Senado Federal.

Presentes: Elga Mara Teixeira Lopes, diretora da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal (STRANS) e presidente do colegiado; Carla Mendes de Jesus e Breno Andrade, representantes da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC); Regina Bezerra da Silva Fontes, representante da Coordenação de Relacionamento com o Cidadão/Ouvidoria; Jesus Chediak, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Caio Magri, representante do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. As conselheiras Virgínia Malheiros Galvez, da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), e Natália Paiva, da ONG Transparência Brasil, impossibilitadas de comparecer, justificaram a ausência.

**1. Discussão e aprovação de ata da reunião anterior**

A presidente do Conselho, Elga Lopes, submeteu a ata da 14ª reunião do colegiado para aprovação. Não havendo impugnação, o documento foi declarado aprovado.

**2. Levantamento de projetos e ações para o ano de 2016**

A presidente do Conselho iniciou a reunião falando sobre a importância de que a transparência se consolide de modo a tornar-se uma ação perene e irreversível do Senado Federal. Nesse sentido, apresentou aos demais conselheiros proposta de Ato que regulamenta a transparência ativa no Senado e ressaltou a relevância da aprovação, pela Mesa Diretora, do regimento interno do Conselho. As minutas dos dois documentos serão encaminhadas por e-mail aos conselheiros para que cada um possa contribuir com sugestões e, até abril, a Secretaria de Transparência os encaminhará à Mesa Diretora para deliberação. O conselheiro Caio sugeriu, e os demais membros do colegiado aprovaram, que seja feita moção de apoio ao Ato, em nome do Conselho.

**3. Ainda como proposta para consolidação do processo de transparência, foram discutidos os seguintes assuntos:**

▪ **Ampliação do Conselho de Transparência**

Foi sugerida a inclusão de ao menos mais uma entidade da sociedade civil – a ONG Artigo 19 – para compor o colegiado, de modo a que este se torne mais paritário e aumente seu alcance no país. Caso se decida pela inserção de mais organizações, a presidente do Conselho solicitará um estudo de custos ao Senado. Foi sugerido, também, que a cada legislatura haja renovação de metade dos representantes da sociedade civil com mandato de dois anos, podendo ser renovado por mais dois. Estes tópicos deverão ser inseridos no Regimento do Conselho.



## SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

- **Eventos de divulgação do Índice de Transparência e de disseminação da cultura de transparência**

A presidente do Conselho, Elga Lopes, informou que a Secretaria de Transparência está em contato com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para tratar da divulgação do Índice de Transparência do Poder Legislativo e que o mesmo foi apresentado durante a 1ª audiência pública da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública do Senado Federal. O conselheiro Caio Magri falou sobre três conferências que o Instituto Ethos realizará em 2016 nas quais propõe a realização de um painel para divulgar os indicadores e para falar de controle social, com a participação da Secretaria de Transparência e da Ouvidoria. Foi sugerida, ainda, a realização de um seminário ou audiência pública por ocasião dos 5 anos da Lei de Acesso à Informação, a ser proposta para a Comissão de Transparência. Para este evento o Senado buscaria a parceria da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). A presidente do conselho entrará em contato com o diretor do ILB para verificar a possibilidade de realizar o seminário por vídeo conferência. O Instituto Ethos e a ABI também elaborarão planejamento de um evento a ocorrer na ABI, com a participação do TCE-RJ, que poderia aplicar o Índice naquele Estado. A Secretaria de Transparência fará consulta para verificar a viabilidade de o Senado colaborar.

#### **4. Outros assuntos**

A conselheira Elga informou sobre a criação do Observatório da Mulher contra a Violência, iniciativa da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e que deverá ser coordenado pela Instituto DataSenado, da Secretaria de Transparência; e que o Senado está sendo inscrito em prêmio de transparência da ONU. O conselheiro Jesus Chediak comunicou que a cidade fluminense Duque de Caxias recebeu prêmio de transparência em 2015 e sugeriu que seja incluído nos currículos escolares o tema “transparência e democracia”. O conselheiro Caio Magri relatou que o Indicador Cidade Transparente – que inspirou a criação do Índice de Transparência do Legislativo – teve três rodadas de aplicação, em 26 capitais mais o Distrito Federal, tendo sido notável a melhoria na transparência dos órgãos avaliados. Segundo Caio Magri, ainda, além de se disponibilizar dados em seus portais, é fundamental que haja nos órgãos públicos projetos que estimulem a sociedade a acessar os dados já disponíveis. A conselheira Regina Fontes informou sobre o investimento que o Senado tem feito em ações no sentido de aprimorar os canais de interatividade com o cidadão, dentre elas a otimização dos processos da Ouvidoria e a unificação das portas de entrada de manifestações na Instituição.

#### **5. Definição de data para a próxima reunião**

O item final foi a definição da próxima reunião do Conselho, que ficou marcada para 18 de maio, às 11 horas.



SENADO FEDERAL  
Conselho de Transparência e Controle Social

Senado Federal, 15 de março de 2016.

---

Elga Mara Teixeira Lopes

---

Carla Mendes de Jesus

---

Regina Bezerra da Silva Fontes

---

Jesus Chediak

---

Caio Magri